



## Transporte passará a ser direito social garantido na Constituição

Proposta de emenda constitucional foi aprovada ontem pelo Plenário do Senado e será promulgada na semana que vem pelo Congresso Nacional

Os senadores aprovaram ontem a proposta de emenda à Constituição que transforma o transporte em direito social, como já ocorre com a educação, a saúde, a alimentação e a previdência social, entre outros. Segundo o texto aprovado, o poder público agora ficará obrigado a garantir transporte público de qualidade à população. A proposta foi relatada pelo senador Aloysio Nunes Ferreira. **3**

Passageiros na rodoviária do Plano Piloto, em Brasília: transporte se tornará direito social



Jimmy Christian/Agência Senado - 13/7/2014



Ricardo Ferraço e o juiz Sergio Moro na Comissão de Justiça

### Sergio Moro defende prisão preventiva a partir da 2ª instância

O projeto que permite decretação de prisão preventiva a partir do julgamento em segunda instância recebeu críticas em audiência. Para advogados e juízes, a proposta relativiza o princípio da presunção da inocência. Já para os autores da sugestão, entre eles o juiz Sergio Moro, a medida agilizará processos e reduziria a impunidade. **5**

### Plenário aprova novo embaixador para Honduras **3**

### Medida favorece família pobre no Minha Casa, Minha Vida **6**

### Vai à Câmara texto com prazo para detido ser levado a juiz **5**

### Barbosa faz sugestões a projeto das estatais

O ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, apresentou sugestões do governo para o projeto da Lei Geral das Estatais, como a padronização na governança das empresas. **3**

### Debate busca acesso à internet no campo

Formas de ampliar a inclusão digital de jovens no meio rural foram debatidas ontem com representantes do governo e do setor de telecomunicações. **8**



Afonso Florence (E), Eduardo Amorim e Carlos Gabas em debate na comissão mista da MP 676/2015

Marcos Oliveira/Agência Senado

### “Terrenos de marinha são estratégicos”



Edilson Rodrigues/Agência Senado

A titular da Secretaria do Patrimônio da União, Cassandra Nunes, afirmou no Senado que o governo federal não pode abrir mão dos terrenos de marinha, localizados à beira-mar, porque eles são estratégicos para o interesse nacional. Segundo ela, não passa de mito a ideia de que são altos os tributos pagos pelos cidadãos que moram nesses terrenos. **7**

Cassandra Nunes, representante do governo, fala na audiência ao lado de Dário Berger

### Ministro quer novos moldes de previdência

A população está envelhecendo e vivendo mais, exigindo o debate sobre um novo sistema de previdência capaz de garantir a arrecadação e o pagamento de aposentadorias e benefícios sociais no futuro, alertou o ministro da Previdência Social, Carlos Gabas. Ele esteve ontem em audiência na comissão mista que examina a MP 676/2015. A proposta cria uma nova fórmula de cálculo da aposentadoria. **4**

ro, alertou o ministro da Previdência Social, Carlos Gabas. Ele esteve ontem em audiência na comissão mista que examina a MP 676/2015. A proposta cria uma nova fórmula de cálculo da aposentadoria. **4**

### Indicações ao Dnit são aprovadas na Comissão de Infraestrutura **7**

### Arrecadação do Sistema S poderá ajudar o Orçamento **2**

# Gurgacz estuda partilhar arrecadação do Sistema S

Relator da Receita na proposta de Orçamento para 2016 analisa repassar um terço da verba da organização para os cofres da União. Segundo ele, viabilidade da medida ainda não foi definida

O RELATOR DA Receita da proposta orçamentária de 2016, Acir Gurgacz (PDT-RO), disse ontem que não descarta a possibilidade de apresentar relatório prevendo uma arrecadação superior à que veio no projeto enviado pelo governo. Segundo o senador, alguns estudos estão sendo feitos pela Consultoria de Orçamento do Senado para encontrar novas fontes que vão custear as despesas do próximo ano.

Das alternativas que estão sendo analisadas, ele adiantou apenas uma: a possibilidade de transferir parte da receita apurada pelo Sistema S para o governo federal. A ideia seria repassar um terço da arrecadação para os cofres da União nos próximos três anos. Gurgacz adiantou que o assunto ainda está sendo discutido, inclusive com o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, e não foi definida ainda a viabilidade prática da medida.

O Sistema S arrecadou cerca



Acir Gurgacz diz que o Congresso estuda novas fontes para custear despesas

de R\$ 10,7 bilhões até agosto, segundo a Receita Federal. Atualmente, esse valor não passa pelo Orçamento federal.

Os valores arrecadados pelas entidades vêm da contribuição sobre a folha de salário. São considerados recursos públicos, entram no cálculo da carga tributária, mas são destinados pela Constituição para o financiamento das entidades, que são de direito privado. A destinação dessas receitas não sofre ingerência do poder público.

Gurgacz entende que é possível buscar uma parte desses recursos, integrando-os aos cofres da União. A vantagem, disse, seria angariar novas fontes de receita para o Orçamento sem elevar impostos.

— É uma contribuição que o Sistema S precisa dar na expectativa de não aumentar impostos em hipótese alguma — afirmou Gurgacz.

O senador disse que pretende entregar o relatório no final de outubro.

(Da Agência Câmara)

## Árbitros reclamam por não terem direito de arena

Árbitros de futebol visitaram ontem o presidente do Senado, Renan Calheiros, para defender a garantia de 0,5% para a categoria das receitas do direito de arena, pago pelas emissoras pela transmissão dos jogos. O percentual chegou a ser incluído na Medida Provisória 671/2015, conhecida como MP do Futebol, mas foi vetado pela presidente Dilma Rousseff, na conversão da MP na Lei 13.155/2015.

— É um direito que já está consagrado em todo o mundo e nós não temos — lamentou Arilson Bispo da Anunciação, vice-presidente da Associação Nacional dos Árbitros de

Futebol (Anaf) para a Região Nordeste.

Uma das alternativas é a derrubada do veto (VET 31/2015), que consta na pauta de sessão do Congresso prevista para 22 de setembro. O presidente do Senado disse apoiar o pleito dos árbitros, mas argumentou que seria necessário encontrar “um caminho mais rápido” para regulamentar a questão, pois a derrubada do veto seria uma escolha difícil.

— Muitos vetos já se acumulam [na pauta do Congresso]. Ora o governo esvazia [a sessão], ora a oposição esvazia [a sessão] — lembrou Renan Calheiros.

A Anaf afirma que remunerar o árbitro por parcela do direito de arena é um mecanismo não só adequado, mas justo, pois sendo o árbitro parte do espetáculo, os direitos de transmissão também devem contemplar a categoria.

Como alternativa à derrubada do veto, os árbitros pediram a apreciação do PL 1.968/2015, que está na Câmara. A ideia é incluir uma emenda do deputado e ex-árbitro Evandro Roman (PSD-PR), para garantir o percentual de 0,5% do direito de arena.

(Com informações da Assessoria de Imprensa da Presidência do Senado)

## Grupo pede ao STF que não descriminalize porte de droga

Magno Malta (PR-ES) disse que integrantes da Frente Parlamentar da Família estiveram ontem com ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) para pedir que continue sendo crime o porte de drogas, mesmo que seja apenas para consumo próprio.

O senador teme que uma posição favorável do STF provoque uma enxurrada de ações decorrentes da decisão. Na opinião dele, a decisão beneficiaria os traficantes.

— Se o Supremo derruba o artigo 28, é como estourar uma ponte e ficar um buraco entre dois despenhadeiros. Os advogados entrarão com ação questionando a prisão dos narcotraficantes. E o Supremo se obrigará a soltá-los, porque a única garantia é o artigo 28.



Magno Malta/Agência Senado

## Greve da polícia: Lasier quer uso da Força Nacional no RS

Lasier Martins (PDT-RS) chamou a atenção ontem para o aumento da insegurança no Rio Grande do Sul em decorrência da greve da polícia. Ele citou números relacionados à criminalidade no estado, avaliando que a situação é de “caos” e requer uma solução emergencial com o apoio do governo federal.

Para o senador, o envio da Força Nacional de Segurança é o instrumento mais indicado para as circunstâncias: ele salientou que ela já foi empregada em outros estados, com resultados positivos, e não oneraria os cofres gaúchos.

Lasier cobrou mais ação das Forças Armadas no combate ao contrabando nas fronteiras.

— O governo deveria estar mais atento para a situação das fronteiras, onde as Forças Armadas poderiam assumir maior protagonismo dentro de um plano coordenado de ação — afirmou.

## Senado reduz gastos com frota de carros, diz nota da Presidência

A Presidência do Senado divulgou ontem nota pública sobre a renovação da frota de carros, em resposta a matéria publicada na imprensa sobre o tema. Conforme a nota, a mudança para o modelo frota locada, “cujo contrato anual é

de R\$ 2,232 milhões, versus o modelo anterior, com frota própria e manutenção realizada pelo Senado Federal, representa uma economia anual de cerca de R\$ 2,6 milhões”. Veja abaixo a íntegra do texto.

### Nota pública

O relatório de gestão *Contas Abertas (2013–2014)* destacou que a economia total nos gastos do Senado Federal atingiu mais de R\$ 500 milhões. Isto foi resultado de um amplo processo de revisão de todos os contratos levado a cabo nos últimos três anos, com o objetivo de obter a maior eficiência nos gastos.

No item transportes, por exemplo, a migração para o modelo atual de frota locada, cujo contrato anual é de R\$ 2,232 milhões, versus o modelo anterior, com frota própria e manutenção realizada pelo Senado Federal, representa uma economia anual de cerca de R\$ 2,6 milhões. Essa economia deriva da desmobilização de pessoal terceirizado alocado nos serviços de manutenção da frota, custos de peças e outros itens de manutenção, seguro e documentação dos veículos.

No ato da renovação do contrato atual, conforme obriga a legislação, a pesquisa de preços verificou que os valores praticados para locação de veículos similares seriam pelo menos 45% superiores ao preço do contrato atual. A renovação do contrato atual, portanto, apresentou-se vantajosa para a administração.

Outros contratos celebrados pela administração pública federal para locação de veículos da mesma categoria demonstram vantagem comparativa relevante de até 35% a menos nos custos de contratação pelo Senado.

Adicionalmente, na reestruturação do setor de transportes, foi possível extinguir uma unidade administrativa exclusivamente voltada à gestão da frota própria, realocando esses servidores para outras áreas prioritárias. Outro aspecto positivo do contrato de locação é que a renovação da frota se dá regularmente, a cada dois anos, sem custo adicional. A categoria dos veículos locados é definida em processo licitatório, caracterizados como sedã médio. Na renovação da frota atual, foi possível o fornecimento de veículos com selo de eficiência energética, com economia de combustíveis e de emissão de gases poluentes.

Além disso, a alienação da frota própria em 2012 arrecadou mais de R\$ 1 milhão, revertidos integralmente para a União.

A exemplo deste contrato de aluguel de veículos, o Senado Federal reitera o seu compromisso com a transparência e a eficiência dos gastos públicos.

### ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores no Plenário após a ordem do dia serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

### AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



#### CRA Política de abastecimento

8h A comissão analisa o PLS 51/2008, que institui a Política Nacional de Abastecimento, e mais cinco itens.

#### CPI DO CARE Requerimentos

9h A CPI analisa sete requerimentos.

#### CCT Acordo sobre eletrônicos

9h A comissão faz audiência pública sobre as razões de o Brasil não acompanhar o acordo na OMC para eliminar tarifas de importação de alguns produtos eletrônicos.

#### CCJ Conselho Nacional de Justiça

10h A comissão sabatina Carlos Augusto Levenhagen e Bruno Ronchetti de Castro, indicados para o biênio 2015–2017.

#### CRE Embaixadores

10h A comissão sabatina Octávio Côrtes para a embaixada na Etiópia e Isabel Heyvaert para a embaixada na Sérvia.

#### SISTEMA TRIBUTÁRIO Instalação

11h A subcomissão se reúne para instalação e eleição do presidente e vice para o biênio 2015–2016.

#### PLENÁRIO Dia do Administrador

11h30 Sessão deliberativa extraordinária. Às 15h30, sessão especial para celebrar o Dia do Administrador (9 de setembro).

#### PRESIDÊNCIA Sessão extraordinária

11h30 Renan Calheiros preside sessão deliberativa extraordinária.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

### TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 10h, **reunião da Comissão de Relações Exteriores**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.leg.br/tv](http://www.senado.leg.br/tv)) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

# Transporte passa a ser direito constitucional

Proposta foi aprovada pelo Plenário do Senado e agora será promulgada pelo Congresso. Segundo senadores, governo terá de melhorar qualidade do transporte público

O TRANSPORTE SERÁ um direito social garantido pela Constituição. A mudança no texto constitucional para assegurar esse benefício ao cidadão foi aprovada ontem no Plenário do Senado.

A PEC 74/2013 é da deputada federal Luiza Erundina (PSB-SP) e teve no Senado relatoria do senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP). O texto vai agora para a promulgação.

O artigo 6º da Constituição já prevê entre os direitos sociais dos cidadãos a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados.

O líder do PSB, João Capiberibe (AP), disse esperar que a

mudança no texto constitucional contribua para melhorar as condições de vida das populações que vivem afastadas dos grandes centros.

— Essa PEC vai fazer com que as concessionárias [de transporte público] e as prefeituras tenham um olhar mais atento a essa necessidade vital principalmente para quem mora nas periferias das grandes cidades e sobrevive com baixos salários.

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) observou que a qualidade do transporte público tem influência direta em outros aspectos da vida dos cidadãos:

— Às vezes falamos em evasão escolar e pensamos só na escola, não em como as crianças se deslocam das suas casas para elas. Estatísticas mostram que o tempo que as



Aloysio Nunes Ferreira, o relator: direito ao transporte previsto na Constituição

pessoas passam no transporte coletivo é muitas vezes maior do que o tempo que passam no trabalho.

Ao recomendar a aprovação da proposta, Aloysio lembrou que a Constituição prevê que o Estado deve assegurar o

exercício dos direitos sociais e individuais. Quando falta transporte, de acordo com ele, não há educação, saúde, trabalho, alimentação nem lazer.

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) disse crer que a nova determinação constitucional

ajudará a combater o poder das empresas concessionárias de transporte público:

— O transporte não pode ser prerrogativa de empresas de ônibus que faturam e lucram bilhões, muitas vezes à custa do sacrifício dos usuários. Passamos a reconhecer que o cidadão usuário do transporte tem que ser tratado com dignidade.

Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) lembra que, quando foi deputado federal constituinte, lutou pela inclusão da gratuidade no transporte coletivo para os idosos. Para ele, a nova proposta ajuda a ampliar aquela iniciativa.

A promulgação ocorrerá na sessão do Congresso Nacional marcada para terça-feira, às 11h.

## Ministro do Planejamento sugere mudança na Lei Geral das Estatais

### AGENDA BRASIL

O ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, esteve ontem no Senado e sugeriu mudanças no projeto da Lei Geral das Estatais. Na reunião com o presidente do Senado, Renan Calheiros, ele também tratou de projetos da Agenda Brasil, conjunto de propostas para retomar o desenvolvimento do país, do qual faz parte o projeto das estatais (PLS 555/2015).

— Vim apresentar sugestões do governo nesse ponto da Agenda Brasil e também discutir como estão andando as outras iniciativas do governo, de investimento, a nossa situação, perspectivas de crescimento e evolução do quadro econômico — explicou Barbosa.

O projeto obriga as empresas estatais a seguirem regras de governança e controle proporcionais à relevância e ao risco do negócio. Origina-



Renan (4º à esq.) e senadores discutem a Agenda Brasil com Barbosa (5º à esq.)

nário de proposta conjunta de Renan e do presidente da Câmara, deputado Eduardo Cunha, o texto foi elaborado em comissão especial e agora será votado no Senado. Tasso Jereissati (PSDB-CE) é o relator das emendas de Plenário.

Segundo o ministro, a principal sugestão do governo é a padronização na governança e nas regras de compras das estatais. A intenção é fazer com que todas sigam uma governança de alto nível.

O líder do governo, Delcídio do Amaral (PT-MS), disse considerar justas as colocações

com relação também aos processos licitatórios.

Walter Pinheiro (PT-BA) disse que, na reunião, o ministro recebeu dos senadores sugestões sobre o desenvolvimento do país que poderiam ser resolvidas no Congresso.

— Nós discutimos a partir da agenda que propusemos ao governo, a agenda do ICMS. O governo precisa ser mais ágil nisso — cobrou.

Romero Jucá (PMDB-RR) negou uma possível discussão sobre aumento de impostos durante a reunião.

— O PMDB tomou a posição

de que qualquer discussão de aumento de impostos será feita em cima de propostas concretas feitas pelo Executivo.

Renan também destacou que o PMDB não defende a necessidade urgente de aumento da carga tributária.

— Essa é uma coisa que mais adiante pode ser discutida, mas há uma preliminar que é o corte de despesa, é a eficiência do gasto público.

Nelson Barbosa afirmou que o ajuste fiscal passa por várias iniciativas. Entre elas, o realinhamento da taxa de câmbio, o aumento de receita gerado pela revisão das desonerações e o controle do crescimento de gastos, com contingenciamentos, redução nas despesas de programas como o seguro-desemprego e das propostas de reajuste para servidores.

— O reequilíbrio fiscal envolve medidas em todas as frentes, mas principalmente controle das despesas — disse.

## Brasil terá novo embaixador em Honduras

O Plenário do Senado aprovou ontem a indicação do diplomata Breno de Souza Brasil Dias da Costa para ocupar o cargo de embaixador do Brasil em Honduras.

Sabatinado na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) na semana passada, ele falou sobre as possíveis consequências, em Honduras e em toda a América Central, da instabilidade política na vizinha Guatemala, onde a crise resultou na queda do presidente, Otto Pérez Molina.

No entendimento de Costa, o “efeito dominó” pode ocorrer, mas a situação de Honduras, segundo ele, não se compara com a da Guatemala, onde a oposição é muito maior e mais forte.

## Segundo Cristovam, modelo do país já está esgotado

Ao avaliar a crise atual, Cristovam Buarque (PDT-DF) afirmou que o Brasil passa pelo esgotamento de um modelo positivo para o país, que começou a ser adotado há 20 anos, mas que já não dá conta de responder aos problemas.

O pior disso, para ele, é que a classe política não tem conseguido apontar um rumo que ajude a enfrentar as crises política e econômica. O senador lamentou ainda que os governadores não estejam atuantes no cenário nacional.

— Eu não vejo a geração atual de governadores dizendo: “é preciso encontrar um novo rumo; o caminho pode ser esse” — disse Cristovam.

## Ana Amélia cobra clareza sobre medidas econômicas

Ana Amélia (PP-RS) reclamou da falta de clareza e da contradição das medidas do governo para enfrentar a crise econômica.

— Uma hora anuncia-se que se vai criar a CPMF, aí tira-se a CPMF. Depois, diz que vem a Cide [Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico], aí vem o IOF [Imposto sobre Operações de Crédito]. Agora o Ministro da Fazenda, lá da Europa, diz que vai aumentar o Imposto de Renda e nós ficamos aqui sem saber o que vai acontecer.

A senadora lamentou que o governo tampouco tenha anunciado medidas que gerassem redução de despesas.

## Dilma não é a única culpada da crise, afirma Vanessa

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) chamou a atenção para a gravidade da crise econômica e a necessidade de busca de soluções, mas contestou o argumento de que os problemas são culpa exclusiva da presidente Dilma Rousseff. Ela atribuiu tal conceito a “pessoas que não têm compromisso com o Brasil e buscam pretextos para aprofundar a crise política”.

— As pessoas que fazem a crítica estão malucas atrás de alguma coisa que envolva a presidente numa série de malfeitos que vêm sendo revelados.

A senadora sublinhou a importância das “medidas anticíclicas” dos governos do PT, que, em sua avaliação, evitaram uma queda mais acentuada da economia.

## Para Rose, governo não deveria aumentar impostos

Rose de Freitas (PMDB-ES), presidente da Comissão Mista de Orçamento, cobrou do governo o envio do adendo à proposta de Orçamento para 2016 que aponte as saídas para enfrentar o déficit previsto em R\$ 30,5 bilhões.

— Precisamos trabalhar na Comissão de Orçamento com números reais. Nosso relator tem que conhecer cada detalhe daquela proposta. Apenas serão aprovadas por nós ações com a devida viabilidade econômica e social.

Rose recomendou ao governo que faça cortes nos próprios gastos, e não nos programas sociais. Ela pediu ainda que não haja aumento de impostos.

# Futuro exige definição de modelo da Previdência, afirma ministro

Carlos Gabas explicou, em debate, que proporção entre pessoas trabalhando e aposentados está caindo, o que compromete sistema atual

A TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA é um desafio à Previdência Social, visto que a população está envelhecendo e vivendo mais, o que exige a construção de um sistema capaz de garantir a arrecadação e o pagamento de aposentadorias e benefícios sociais no futuro.

O alerta é do ministro da Previdência Social, Carlos Gabas, que ontem participou da segunda audiência pública na comissão mista que examina a Medida Provisória 676/2015. A proposta cria uma nova fórmula de cálculo da aposentadoria, em alternativa ao Projeto de Lei de Conversão (PLV) 4/2015, vetado em junho por Dilma Rousseff.

Em 1980, disse Gabas, a expectativa de vida no Brasil era de 62 anos e meio, a população se concentrava na faixa de 19 anos e 6,1% dos habitantes eram idosos. Em 2010, a expectativa de vida atingiu 73 anos, e a expectativa de sobrevivência, medida após os 50 anos de idade, era de 84 anos. A população já se concentra nos 29



Senador Eduardo Amorim, presidente da comissão mista que estuda propostas para aposentadoria, ouve Carlos Gabas

anos de idade e os idosos são 10% da população. Em 2030, eles serão 18% e, em 2060, um terço da população.

Gabas explicou que, no atual modelo previdenciário, quem trabalha contribui para pagar as aposentadorias e pensões. Para que funcione bem, precisa haver um número grande de pessoas contribuindo. Hoje, a relação é de nove pessoas trabalhando para três aposentadas. Em 2060, a proporção será de dois para três, disse.

— Vamos ter que rediscutir

esse modelo. Previdência é política de longo prazo, é um pacto de gerações. É preciso planejar. Se não, lá na frente teremos sustos.

A idade média de aposentadoria no Brasil é de 54 anos, disse Gabas. A proposta vetada por Dilma permitia a aplicação da regra 85/95, referente à soma da idade e do tempo de contribuição dos segurados. A MP manteve a fórmula, mas criou dispositivo progressivo que considera o aumento da expectativa de vida do brasi-

leiro. Na prática, adia o prazo da aposentadoria para dar sustentabilidade ao sistema.

O ministro esclareceu também a que a MP não acaba com o fator previdenciário, criado há alguns anos por causa da derrubada, no Congresso, de emenda que previa idade mínima para a aposentadoria. Apoiou ainda a manutenção da aposentadoria rural nos moldes atuais, mesmo que o agricultor familiar possa eventualmente aposentar-se sem comprovar recolhimento de contribuição.

## Ângela celebra 10% de vagas para mulheres nos Legislativos

Ângela Portela (PT-RR) comemorou a aprovação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 98/2015, que garante pelo menos 10% das cadeiras da Câmara dos Deputados, assembleias legislativas e câmaras municipais para as mulheres já nas próximas eleições.

— A adoção da cota não constitui o ideal. Preferencialmente seria que, como em tantos países, as mulheres já ocupassem maior número de cadeiras no Parlamento. A PEC que aprovamos cria um período para que as mulheres se fortaleçam como lideranças.

## Fátima rejeita PEC sobre doação de empresa a campanha

Na terça-feira, Fátima Bezerra (PT-RN) defendeu a rejeição, pelo Senado, da PEC 113/2015, aprovada na Câmara, que institui o financiamento de campanhas por empresas. Ela lembrou que o Senado já rejeitou o financiamento nas deliberações sobre a reforma política em votação que a senadora chamou de histórica. Para ela, porém, é necessário manter a pressão para que a PEC 115 seja rejeitada e que os deputados ratifiquem a proposta dos senadores.

— Ela não é a ideal, mas sem dúvida traz um importante avanço, que é reduzir a influência do poder econômico nos processos políticos do nosso país — afirmou.

## Humberto Costa pede cobrança da sociedade à Câmara

O líder do PT, Humberto Costa (PE), pediu que o povo pressione os deputados para confirmarem a proposta de reforma política aprovada pelo Senado, que impede empresas de doar dinheiro para campanhas políticas. No entanto, a Câmara aprovou a PEC 113/2015, que determina o contrário.

No ano passado, disse o senador, os gastos das empresas com financiamento de campanha ultrapassaram R\$ 5 bilhões, “recursos suficientes para bancar por quatro meses o pagamento do Bolsa Família, a construção de 20 hospitais ou de uma linha inteira de metrô”.

# Comissão aprova medida sobre Olimpíadas 2016

A comissão mista que analisa a MP 679/2015 aprovou, com várias alterações, a medida provisória que trata do uso de imóveis da União para a hospedagem de profissionais envolvidos com os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016. A medida também garante o fornecimento de energia elétrica e o serviço de segurança pública durante a competição.

A MP permite às distribuidoras de energia realizar atividades para garantir o fornecimento temporário de energia elétrica nas áreas relacionadas às Olimpíadas. Para isso, serão repassados recursos previstos no Orçamento da União para a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). O relator, senador Romário (PSB-RJ), incluiu no seu parecer a obrigatoriedade de haver crédito na conta para que sejam feitos os repasses às empresas de energia.

No caso dos imóveis, até

mesmo os conjuntos do Programa Minha Casa, Minha Vida poderão ser usados, por exemplo, para abrigar jornalistas, árbitros e outros profissionais e famílias desalojadas por causa de obras para os Jogos.

Depois das Olimpíadas, os imóveis deverão ser repassados para os beneficiários finais. Das 71 emendas apresentadas pelos parlamentares, Romário acatou apenas cinco. Uma delas, do deputado Mendonça Filho (DEM-PE), determina que sejam publicadas na internet as informações relativas ao reassentamento de famílias.

### Publicidade

A emenda do deputado Subtenente Gonzaga (PDT-MG) acolhida no relatório inclui os profissionais da segurança pública — principalmente policiais militares e bombeiros — entre os beneficiários de imóveis do Minha Casa, Minha

Vida, após as Olimpíadas.

Outra emenda acatada é do deputado Sérgio Vidigal (PDT-ES), que propõe ampla publicidade de todas as fases e procedimentos do Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC), uma modalidade simplificada de licitação adotada em várias obras e serviços dos Jogos Rio 2016. Romário elogiou a iniciativa:

— Julgamos ser de extrema importância para que se impeça que, no futuro, surjam denúncias de superfaturamento, como já ocorreu em relação a obras da Copa do Mundo, algumas já alvo de investigação da Polícia Federal — disse o senador.

### Visto de turista

O texto da MP 679 modifica a Lei do Ato Olímpico (Lei 12.035/2009) para equiparar as regras de concessão de visto a turistas nas Olimpíadas de 2016 às vigentes na Copa do

Mundo 2014. De acordo com a medida, os vistos serão válidos de 5 de julho a 28 de outubro de 2016 e o prazo de estada dos portadores será de até 90 dias. A concessão passa a ser obrigatória, independentemente da nacionalidade, para os espectadores com ingressos para qualquer evento dos Jogos Rio 2016.

A iniciativa também confere prioridade aos vistos emitidos por consulados brasileiros no exterior ao turista que vier ao Brasil em razão dos Jogos.

— O mecanismo facilitou a entrada de estrangeiros e permitiu que, em 2014, cerca de 1 milhão de turistas de 202 países visitassem o Brasil durante a Copa de 2014 — ressaltou Romário.

A medida provisória ainda terá de passar pela análise dos Plenários da Câmara e do Senado até 21 de outubro, para não perder a validade.

(Da Agência Câmara)

# Conselhos de empresas públicas podem ter cotas

Para ampliar a participação das mulheres nos conselhos de administração de empresas públicas e sociedades de economia mista, como a Petrobras e a Caixa Econômica Federal, proposta de Maria do Carmo Alves (DEM-SE) cria um sistema de cotas. O projeto (PLS 112/2010), que foi aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e segue para a Comissão de

Constituição e Justiça (CCJ), determina o preenchimento de cargos nos conselhos de forma gradual: no mínimo 10% das vagas devem ser de mulheres até 2018; 20%, até 2020; 30%, até 2022; e 40%, até 2024.

Regina Sousa (PT-PI) leu ad hoc o parecer do relator, José Pimentel (PT-CE), observando que as mulheres ocupam hoje apenas 6% das vagas nos conselhos

de administração das 20 maiores empresas públicas do país. Para Maria do Carmo, é necessária a iniciativa direta do Estado para garantir maior igualdade. Ela citou que a Noruega aprovou lei semelhante em 2003.

— O projeto representa um passo decisivo do Congresso na afirmação das ações positivas em favor da igualdade de gênero — defendeu.

# Juizes criticam ampliação da prisão preventiva

Proposta em análise no Senado permite que acusado seja preso após decisão judicial de segunda instância. Para magistrados, isso viola princípio da presunção da inocência

“É MELHOR CORRER o risco de salvar um homem culpado do que condenar um inocente.” Com essa citação do filósofo francês Voltaire, a maioria dos participantes da audiência promovida ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) criticou o PLS 402/2015, que admite a decretação de prisão preventiva após a condenação do acusado em segunda instância. Para juizes e advogados, o projeto “relativiza” o princípio constitucional da presunção da inocência.

O PLS 402/2015 foi apresentado pelos senadores Roberto Requião (PMDB-PR), Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), Alvaro Dias (PSDB-PR), Gleisi Hoffmann (PT-PR) e Ricardo Ferraço (PMDB-ES) a partir de uma sugestão da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe). O relator é Ricardo Ferraço (PMDB-ES). O projeto amplia a possibilidade de prisão de pessoas condenadas por crimes hediondos, corrupção, peculato e lavagem de dinheiro.

Atualmente, esses acusados só podem ser presos antes da sentença definitiva nos casos previstos para prisão preven-



O juiz Sergio Moro, um dos autores da proposta, defende a mudança: “Sistema processual brasileiro permite brechas”

tiva — em que se levam em conta a culpabilidade e os antecedentes do condenado e as consequências e a gravidade do delito, além da existência ou não da reparação do dano decorrente do ato criminoso.

Com a proposta, cria-se a possibilidade de decretação da prisão já a partir do julgamento em segunda instância, mesmo que o condenado tenha respondido ao processo em liberdade. A única exceção seria a existência de garantias de que ele não vai fugir ou praticar novas infrações.

Autores da sugestão do projeto, o juiz Sergio Moro, responsável pela condução

do inquérito da Operação Lava-Jato, e o presidente da Ajufe, Antônio César Bochenek, explicaram que a intenção é agilizar os processos penais e reduzir a impunidade.

## Prescrição

Na avaliação dos juizes, o excesso de recursos especiais faz os processos penais se arrastarem na Justiça, muitas vezes até a prescrição do crime.

— Se sei que hoje só sou preso ao final, o que eu vou orientar meu advogado a fazer? Recorrer, recorrer, recorrer, mesmo quando não tenha razão. Infelizmente, o sistema processual brasileiro permite

essas brechas — disse Moro.

Os críticos da proposta destacaram que o projeto servirá basicamente para aumentar as estatísticas de encarceramento. Para o defensor público Gustavo Virginelli, o projeto colocará o Brasil entre os países que mais prendem no mundo.

A tese foi reforçada pelo juiz e membro da Associação Juizes Para a Democracia (AJD) Rubens Roberto Rebello Casara. Ele explicou que o projeto não ajudará a acelerar o processo penal, mas apenas aumentará as hipóteses de prisão enquanto o processo se desenrola.

Para Casara, a proposta viola o princípio da presunção

de inocência, pois atribui ao acusado o ônus de provar que não vai fugir ou praticar novas infrações para continuar solto. O texto também aumenta as hipóteses de pessoas responderem a processos presos, sem que o Estado demonstre a necessidade dessas prisões. Pela lei atual, se a necessidade da prisão for comprovada, o acusado já pode ficar preso desde a primeira instância.

— Isso constitui aquilo que na doutrina se chama “prova diabólica”, porque é prova de fato negativo, algo extremamente difícil, quando não impossível, fazer prova de que não vou fazer algo no futuro.

A declaração repercutiu mal entre os autores da proposta. Roberto Requião (PMDB-PR) a classificou de “inoportuna”.

A defesa da presunção da inocência foi feita pelo presidente da Comissão de Estudos Constitucionais da Ordem dos Advogados do Ceará (OAB-CE), Fábio Sylvestre. Ele disse que a prisão é exceção e ninguém pode ser considerado culpado até a sentença final.

A audiência foi realizada por sugestão de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE).

## Projeto fixa prazo para preso em flagrante ir a juízo

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou em turno suplementar o substitutivo ao projeto de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) que regulamenta a audiência de custódia e estabelece prazo máximo para um preso em flagrante ser apresentado ao juiz (PLS 554/2011).

Se não houver recurso para votação pelo Plenário do Senado, a proposta aprovada na comissão será enviada diretamente para a Câmara dos Deputados.

Ontem, as discussões giraram em torno de seis emendas oferecidas por Antonio Anastasia (PSDB-MG), Marta Suplicy (sem partido-SP) e Ronaldo Caiado (DEM-GO) durante o período de vista coletiva da proposta.

— O objetivo precípua do projeto é incentivar o desencarceramento. Procuramos harmonizar o texto com a Constituição, o Código de Processo Penal e outras legislações correlatas. Estamos discutindo uma coisa [audiência de custódia] que já está acontecendo em 16 estados por iniciativa do Conselho Nacional de Justiça — afirmou o relator, Humberto Costa (PT-PE).

O substitutivo estabelece prazo máximo de 24 horas

para o preso em flagrante ser apresentado ao juiz. Determina ainda, entre outras medidas, que tanto o ato quanto o local da prisão sejam comunicados de imediato pelo delegado não só ao juiz, mas também ao Ministério Público, à Defensoria Pública (caso não tenha sido constituído advogado), à família ou à pessoa indicada pelo preso.

A defesa da integridade física do preso foi outra preocupação incorporada à proposta. Assim, caberá ao delegado, logo após lavrar a prisão em flagrante e diante de suposta violação dos direitos fundamentais do preso, determinar a adoção de medidas necessárias não só para preservar a integridade do prisioneiro, como também para apurar a responsabilidade pelas violações apontadas.

A apresentação do preso ao juiz nas 24 horas após a realização do flagrante terá o objetivo de colher seus esclarecimentos e checar eventual violação em seus direitos fundamentais.

De acordo com Valadares, dos 600 mil presos do país, pelo menos 120 mil estão em situação irregular e poderiam ser soltos. A disseminação da audiência de custódia por todos os estados facilitaria o processo de desencarceramento e geraria uma economia de R\$ 4,3 bilhões com a manutenção do sistema prisional brasileiro.

— Com o tempo, essa lei vai ser a saída que nós precisamos para cumprir os acordos internacionais e diminuir esse protagonismo de prisão que acontece em todo o Brasil — reforçou Valadares.



Valadares, autor da proposta, cumprimenta Humberto Costa, relator do texto

## Lídice apoia campanha contra redução da maioria penal

Lídice da Mata (PSB-BA) pediu aos colegas que não aprovem a redução da maioria penal para 16 anos. Ela apoiou o movimento #15contra16, que milita contra a redução.

Ela destacou que os integrantes do movimento apre-



Ano Volpato/Agência Senado

sentam 15 argumentos contrários à redução. A senadora afirmou que os jovens infratores já são punidos antes de cometerem qualquer crime, pois não têm

acesso a saúde e educação de qualidade e não conseguem bons empregos.

## Medeiros pede aprovação de texto que favorece água de reúso

José Medeiros (PPS-MT) manifestou apoio ao projeto de Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) que cria incentivos tributários a empresas produtoras ou distribuidoras de água de reúso.

Ele lembrou que o Brasil passa por uma crise hídrica, que ganhou mais destaque depois que cidades grandes foram

atingidas, como São Paulo. Ele observou, no entanto, que até mesmo regiões com pouca probabilidade de passarem por estiagem estão agora na iminência de serem afetadas.

— A estiagem e o aumento do consumo levaram o sistema ao limite e o resultado é o risco de falta de água em várias regiões.

## Jucá cita apoio federal à luta de Roraima contra praga de frutas

O senador Romero Jucá (PMDB-RR) informou que o Ministério da Agricultura liberou R\$ 850 mil para o combate à mosca da carambola em Roraima.

A praga ataca árvores frutíferas, como mangueiras, cajueiros, laranjeiras e caramboleiras. O inseto vem

de países que fazem fronteira com Roraima.

— Roraima produz muitas frutas. Corremos um risco grande. Tanto na Venezuela quanto na Guiana temos portas abertas para a infestação de pragas. Recebemos recursos para combater a mosca da carambola — disse o senador.

Segundo proposta que agora vai para a Câmara, ao menos 15% do orçamento do Minha Casa, Minha Vida se destinará a imóveis para famílias com renda mensal de até R\$ 1,6 mil

# Imóvel para família pobre pode ganhar mais verba

O PROGRAMA MINHA Casa, Minha Vida poderá ter 15% de seu orçamento reservado para imóveis destinados a famílias com renda mensal de até R\$ 1,6 mil. É o que estabelece o PLS 242/2014, aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Se não houver recurso para votação no Plenário, o projeto irá para a Câmara.

O texto foi apresentado no ano passado pela então senadora Ana Rita. Segundo ela, o déficit habitacional atinge principalmente famílias com renda de até três salários mínimos.

Conforme a relatora da proposta na CAS, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), o argumento de Ana Rita foi confirmado por um estudo do Instituto de

Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) elaborado com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2012. Naquele ano, 74% do déficit atingia famílias com renda de até três salários mínimos. Em 2007, o índice havia sido de 71%.

Quanto aos 15% do financiamento destinados às famílias mais pobres, a relatora considerou um percentual “relativamente baixo”:

— Se o limite fosse muito elevado, as empresas de construção teriam menos interesse em participar dos financiamentos do Minha Casa, Minha Vida.

Ainda assim, ela crê que o percentual pode ser elevado, por meio de “uma negociação interna no Poder Executivo”.



O presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Edison Lobão, conversa com a relatora da proposta, Vanessa Grazziotin

## Projeto acelera cobrança de dívidas trabalhistas

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem, em decisão terminativa (sem necessidade de votação no Plenário), um projeto de lei que torna mais rápida a cobrança das dívidas trabalhistas já reconhecidas pela Justiça do Trabalho. Estatísticas indicam que, de cada 100 trabalhadores que ganham a causa, apenas 30 conseguem efetivamente receber o dinheiro.

Apresentado por Romero Jucá (PMDB-RR), o PLS 606/2011 resulta de uma sugestão do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e propõe novas regras para o cumprimento das sentenças e a execução dos

títulos extrajudiciais, como os termos de ajuste de conduta (TACs) firmados perante o Ministério Público do Trabalho e os termos de conciliação originários das comissões de conciliação prévia. O objetivo é adequar a execução trabalhista às novas normas de direito processual adotadas pelo Código de Processo Civil, sancionado em março.

O projeto reforça a possibilidade de o juiz adotar por iniciativa própria as medidas necessárias ao cumprimento da sentença ou do título extrajudicial.

A relatora na CAS foi Ana Amélia (PP-RS). O texto que

chegou à CAS estabelecia o limite de 30 salários mínimos, o que não satisfaz as confederações empresariais. A relatora reduziu o limite, de forma a permitir um acordo que viabilize a aprovação da proposta no Senado.

Segundo Ana Amélia, as alterações vão ao encontro do processo judicial eletrônico e eliminam atos processuais desnecessários:

— Trata-se, portanto, de atualizar a execução trabalhista, colocando-a a passo da execução cível e das alterações sociais, econômicas e tecnológicas que se produziram nos últimos anos.

## Vai para a Câmara proposta que regulamenta profissão de salva-vidas

Vai para a Câmara o projeto que regulamenta a profissão de salva-vidas (PLC 42/2013), aprovado ontem na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Pela proposta, do deputado Nelson Pellegrino (PT-BA), é obrigatória a presença de dois desses profissionais para cada 300 metros quadrados de superfície aquática durante os horários de uso de piscinas públicas. Embarcações de transporte de passageiros também deverão contar com ao menos um salva-vidas.

A proposta recebeu o apoio do relator, Paulo Paim (PT-RS),

que apresentou emendas. O texto fixa requisitos para a profissão: idade mínima de 18 anos, saúde física e mental, ensino médio completo, aprovação em curso profissionalizante de salva-vidas (carga mínima de 160 horas) e capacidade de nadar 100 metros em 1 minuto e 20 segundos, 200 metros em 3 minutos e 30 segundos e mil metros em 30 minutos.

— A relevância da matéria é indiscutível. Conhecemos a importância do salva-vidas na proteção da integridade física dos frequentadores do mar e das piscinas — afirmou Paim.

## Aprovação de texto com regra para artesão “coroa caminhada de sonhos”, diz Fátima

Fátima Bezerra (PT-RN) comemorou a aprovação do projeto que regulamenta a profissão de artesão, ocorrida ontem na Câmara.

Segundo ela, a proposta, que irá ainda para a sanção presidencial, é a realização de um sonho de 9 milhões de brasileiros, a maioria



mulheres, que vivem da produção artesanal.

— A sanção presidencial virá coroar essa caminhada de sonhos, esperanças e lutas desses trabalhadores, os artesãos, que dão enorme contribuição à economia do nosso país — disse a senadora.

## Segundo Telmário, educador social é profissional que “faz toda a diferença”

Telmário Mota (PDT-RR) defendeu a regulamentação da profissão de educador social, o profissional que, dentro ou fora das escolas, “faz toda a diferença” por atuar, principalmente, com parcelas marginalizadas da sociedade, como índios, homossexuais e moradores de



rua e favelas.

A proposta estabelece as atribuições do educador social e um plano de cargos e salários para a categoria.

Telmário também apresentou um projeto para assegurar o atendimento educacional em ambientes hospitalares.

## Governo lança 3ª fase do Minha Casa, Minha Vida sem ter fechado 2ª, critica Flexa

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) criticou o governo por, mesmo sem ter concluído 1,4 milhão de moradias da segunda etapa do Programa Minha Casa, Minha Vida, ter anunciado o lançamento da terceira etapa, com previsão de mais de 3 milhões de unidades até 2018.



Ele disse que, devido à crise criada pelo próprio governo, a construção deixou de crescer e também está se defrontando com sérias dificuldades, como redução das atividades e das vendas. De julho de 2014 a julho de 2015, o setor demitiu 600 mil trabalhadores.

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros  
**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana  
**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá  
**Primeiro-secretário:** Vicentinho Alves  
**Segundo-secretário:** Zeze Perrella  
**Terceiro-secretário:** Gladson Cameli  
**Quarta-secretária:** Ângela Portela  
**Suplentes de secretário:**  
 Sérgio Petecão, João Alberto,  
 Elmano Férrer e Douglas Cintra

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Virgínia Malheiros Galvez  
**Diretora-adjunta:** Edna de Souza Carvalho  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Ricardo Icassatti Hermano  
**Diretor-adjunto:** Flávio Faria  
**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio  
**Coordenação de Cobertura:** Rodrigo Chia  
**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Alves Sá  
**Coordenação de Edição:** Silvio Burle  
**Serviço de Portal de Notícias:** Mikhail Lopes  
**Site:** www.senado.leg.br/noticias

## JORNAL DO SENADO

**Editor-chefe:** Marcio Maturana

**Edição e revisão:** Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

**Diagramação:** Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

# Terreno costeiro é estratégico, afirma secretária

Cassandra Nunes, da Secretaria do Patrimônio da União, disse que o governo não pode abrir mão dos terrenos de marinha. Cidadão que vive na área paga tributo específico

A SECRETÁRIA DE Patrimônio da União, Cassandra Maroni Nunes, defendeu ontem que a União não abra mão dos terrenos de marinha. Segundo ela, trata-se de uma questão mais estratégica para o interesse nacional do que arrecadatória.

O tema foi debatido numa audiência pública da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), realizada a pedido de Dário Berger (PMDB-SC). De acordo com o senador, a população de cidades litorâneas tem sido penalizada com o pagamento de tributos (foro, laudêmio e taxa de ocupação) e com a restrição ao uso ordenado do solo urbano.

De acordo com Cassandra, a União arrecadou R\$ 700 milhões em 2014 com os terrenos de marinha. Na maioria dos casos, disse ela, as pessoas pagam no total cerca de R\$ 500 anuais, parceláveis.

— Esse valor pode ser considerado escorchante para morar numa área valorizada e bela? Há muito mito sobre isso — afirmou, lembrando que as áreas litorâneas são sempre valorizadas.

## Fotografias

Cassandra rebateu as críticas de que as demarcações vêm sendo feitas de forma arbitrária. Ela informou que a Secretaria de Patrimônio da União (SPU) mede cuidadosamente cada local, usa cartas náuticas e fotografias e até realiza audiências públicas. A SPU é ligada ao Ministério do Planejamento.

— Há a possibilidade de recursos administrativos e judiciais. O estado de direito garante mecanismos para o cidadão contestar. Trabalhamos com GPS de precisão. Pode haver erros, que podem e devem ser contestados — afirmou.



Cassandra Maroni Nunes, titular da Secretaria do Patrimônio da União, fala na audiência, ao lado do senador Dário Berger

Os terrenos de marinha são bens da União situados entre a linha do preamar médio registrado no ano de 1831 e 33 metros para o interior do continente. Também são consideradas as margens de rios e lagoas que sofrem influência de marés. Apesar do nome, eles nada têm a ver com a Marinha.

— A Coroa portuguesa pensava na importância estratégica para a economia porque ali se dá a pesca, localizam-se salinas e há embarque e desembarque de mercadorias. Ainda hoje é estratégico manter essa faixa sob domínio da União — defendeu ela.

Quem vive nos imóveis em terrenos de marinha é

obrigado a pagar laudêmio, que é uma taxa de 5% sobre o valor venal do imóvel quando comercializado; e foro, uma espécie de taxa anual correspondente a 0,6% do valor da edificação. Há ainda a taxa de ocupação, de 2% ou 5%, cobrada daqueles que ainda não firmaram um contrato de aforamento com a União.

## Seguem para o Plenário três indicações ao Dnit

A Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) aprovou a indicação de Valter Casimiro Silveira para o cargo de diretor-geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit). Também foram acatados os nomes de Gustavo Adolfo Andrade de Sá para a Diretoria-Executiva e de Luiz Antônio Ehret Garcia para a Diretoria de Infraestrutura Rodoviária do órgão.

Valter Silveira e Luiz Garcia receberam, cada um, 19 votos favoráveis e 1 contrário. Gustavo de Sá foi aprovado por 18 a 2. Agora as indicações, feitas pela presidente Dilma Rousseff, seguem para o Plenário.

Na sabatina, os senadores demonstraram preocupação com o impacto do corte de gastos do governo federal nos investimentos em infraestrutura de transportes. Na opinião de Wellington Fagundes (PR-MT) e Blairo Maggi (PR-MT), o órgão deve investir na construção e manutenção de vias de escoamento da produção.

— Temos que priorizar trechos de conexão entre duas rodovias ou rodovias e ferrovias. Às vezes são investimentos pequenos, que precisam

avançar — opinou Blairo.

Já Valdir Raupp (PMDB-RO) e Ivo Cassol (PP-RO) pediram prioridade para as rodovias de Rondônia, relatando a situação precária de diversas estradas.

Silveira, que já ocupava interinamente a Diretoria-Geral do Dnit, relatou as restrições do órgão, que enfrenta um corte de 36% no seu orçamento — dos cerca de R\$ 10 bilhões no último ano, vai dispor de R\$ 6,4 bilhões em 2015. Para enfrentar a situação, disse, o órgão busca racionalizar o uso dos recursos e descentralizar os projetos, com o objetivo de agilizar contratações e pagamentos dos serviços executados.

— Para evitar paralisações e não gerar novas dívidas, não estamos iniciando obras novas. Reduzimos o volume de pagamento, aumentando o cronograma das obras, e estabelecemos limitação para manutenções emergenciais necessárias em cada estado.

Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Waldemir Moka (PMDB-MS) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) cobraram melhorias das condições das hidrovias. Silveira reconheceu que 90% das atividades do órgão são voltadas ao modal rodoviário e apontou deficiências de pessoal para projetos de transporte hidroviário e ferroviário.



Sabatina na CI: Gustavo de Sá (E), Valter Silveira, senador Lasier e Luiz Garcia

## Senado analisa indicação de Anibal Diniz ao conselho diretor da Anatel

A indicação do ex-senador Anibal Diniz para membro do conselho diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) recebeu relatório favorável de Valdir Raupp (PMDB-RO) na Comissão de Infraestrutura. Raupp considerou que o indicado tem formação acadêmica e experiência profissional que o credenciam ao cargo.

Na presidência da reunião, Lasier Martins (PDT-RS) concedeu vista coletiva da indi-

cação. Anibal será sabatinado na CI, em data a ser marcada, e terá seu nome submetido a votação secreta na comissão e depois no Plenário do Senado.

Anibal foi senador de 2010 a 2015, tendo ocupado a primeira-vice-presidência da Casa e a vice-presidência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Foi secretário de Comunicação do Acre. É formado em história e tem MBA pela Fundação Getulio Vargas.

## Incentivo ao esporte indígena passa na Comissão de Direitos Humanos

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) aprovou ontem projeto de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) que inclui o Subsistema do Desporto Indígena no Sistema Brasileiro do Desporto (PLS 247/2011). Com a aprovação do relatório de Rose de Freitas (PMDB-ES), o esporte indígena pode passar a receber incentivo financeiro do governo federal.

Pela proposta, que agora será analisada pela Comissão

de Educação, Cultura e Esporte (CE), o esporte indígena deve ser articulado em parceria com os órgãos responsáveis pela política indigenista. O projeto determina que a articulação deve se dar em colaboração com estados, municípios e entidades públicas e privadas.

As políticas de desenvolvimento do esporte indígena também deverão levar em consideração a realidade local e as especificidades culturais de cada etnia.

## Projeto prevê captação de água da chuva em novas construções

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) aprovou ontem proposta que obriga novas construções públicas e privadas a contarem com projetos para captação de água de chuva. O texto segue agora para a Comissão de Meio Ambiente (CMA).

Já prevendo o agravamento da crise hídrica nas próximas décadas, o autor

do PLS 324/2015, senador Donizeti Nogueira (PT-TO), informa que o objetivo é reduzir o desperdício de água limpa pela substituição por água de qualidade inferior em atividades de limpeza que não exijam consumo direto.

O relator, senador Gladson Cameli (PP-AC), fez alterações no texto. Sob

alegação de que o sistema proposto pode não ser economicamente viável em pequenos imóveis, ele apresentou emenda para que seja adotado somente em condomínios residenciais, edificações comerciais e residências com mais de 300 metros quadrados de área construída, em se tratando de propriedades privadas.

A CDR também aprovou requerimento para audiência pública destinada a debater as diferenças no desempenho das escolas no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). O autor, Davi Alcolumbre (DEM-AP), alega que as médias apontam para “diferença abissal” entre estados, regiões e, sobretudo, entre escolas públicas e privadas.

# Exclusão digital é alta entre jovens no campo

Representantes do governo e do setor de telecomunicações afirmaram ontem aos senadores que vêm buscando levar a internet aos jovens do campo e das pequenas cidades

AS DIFICULDADES DE acesso à internet pelos jovens do campo e das pequenas cidades do interior foram debatidas na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). A audiência discutiu meios que garantam à população rural as mesmas oportunidades de quem já acessa o mundo digital.

Donizeti Nogueira (PT-TO) salientou que há cerca de 8 milhões de jovens no campo, segundo dados de 2010. Seriam 27% da população rural do país que ficam afastados do ensino a distância, das redes sociais e do acesso a mercado de trabalho ou produtos.

Mesmo o acesso a programas de governo fica prejudicado, disse o senador. Ele citou o caso de estudantes com altas médias no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) que enfrentam problemas para tentar vaga em universidade federal por meio do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), por falta de acesso à internet.

— Até quando o Brasil vai

desperdiçar talentos por causa de um serviço privatizado que não atende os interesses da nação? — indagou.

André Moura Gomes, do Departamento de Banda Larga do Ministério das Comunicações, afirmou que, de 2010 a 2014, houve crescimento de 77% no acesso da população à internet. A banda larga saltou de aproximadamente 17,6 milhões de domicílios no país para 31,2 milhões. Gomes reconheceu que a participação é desigual: na área urbana os serviços chegam a 48% dos domicílios, enquanto na área rural apenas 15% possuem internet.

— Mas a desigualdade vem caindo. Entre 2010 e 2013, a entrada de serviços na área rural foi quase três vezes maior.

A seu ver, uma forma de acelerar o acesso seria a atuação complementar dos estados, por meio da concessão de créditos do ICMS para investimentos em redes de sinais.

Para Eronildo Bezerra, secretário de Ciência e Tecnologia



Donizeti Nogueira (4º à esq.) preside audiência na Comissão de Educação

pra Inclusão Social do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, a questão hoje vai além da simples inclusão digital, pois deve-se usar esse instrumento para favorecer a inclusão social de modo mais amplo. Ele destacou programas como o Cidade Digital, com apoio à implantação de infraestrutura sem fio para interligar órgãos públicos e implantar serviços públicos eletrônicos. Citou ainda convênios para

implantação de cerca de 6 mil telecentros.

## Metas de expansão

Karla Crosara, gerente de Universalização e Ampliação da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), disse que o órgão vem estabelecendo metas crescentes de expansão de telefonia móvel a cada novo leilão para oferta de sinal de rede. Hoje 5.539 municípios já dispõem de serviço móvel

padrão 2G, 3.776 utilizam rede 3G e outros 149 têm internet 4G.

Carlos Duprat, do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal, estimou que o tráfego de dados deve aumentar nove vezes entre 2014 e 2019, uma taxa média anual de crescimento de 56%. Só em 2014 foram 55 milhões de smartphones vendidos.

Ele registrou ainda que os recursos para os fundos da área de telecomunicação servem à expansão. Desde 2001, já teriam sido arrecadados mais de R\$ 84 bilhões, mas apenas 7% foram aplicados.

Jefferson D'Ávila de Oliveira, secretário de Inclusão Digital do Ministério das Comunicações, afirmou que a pasta assumiu compromisso com a revitalização dos pontos de inclusão digital e ampliou os serviços para favorecer a inclusão de jovens do campo. Também participou da audiência Dilvo Ilvo Ristoff, do Ministério da Educação.

## Projeto garante direito de amamentar durante concurso

Foi aprovado ontem na Comissão de Direitos Humanos (CDH) projeto de José Medeiros (PPS-MT) que garante às mães o direito de amamentar os filhos durante concursos públicos na administração direta e indireta da União.

O projeto (PLS 156/2015), que teve relatório elaborado por Eduardo Amorim (PSC-SE), seguirá para a Câmara se não houver recurso para votação no Plenário.

O texto assegura a amamentação de filhos de até 6 meses de idade durante as provas. A mãe indicará um acompanhante responsável pela

guarda da criança, que ficará com o bebê em local próximo, reservado à amamentação. A mãe deverá ser acompanhada por um fiscal durante esse período, e o tempo despendido será compensado.

Outras propostas foram aprovadas em decisão final e poderão seguir para a Câmara: os PLSs 205/2012, sobre fornecimento obrigatório de versão em áudio dos manuais de instruções de produtos de serviços; 702/2011, que proíbe a hospedagem de criança ou de adolescente em hotel, motel ou estabelecimento congênere, salvo se autorizado

ou acompanhado por pais ou responsável; 102/2014, que cria reserva de vagas em estacionamento público para gestantes a partir do sexto mês de gravidez; 483/2013, que determina que as locadoras de veículos em aeroportos de capitais tenham veículos adaptados a pessoas com deficiência; 219/2014, que prevê a oferta, nos espaços públicos, de brinquedos e equipamentos de lazer adaptados a pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida; e 193/2015, que obriga as novas edificações de uso coletivo a ter elevadores com capacidade de transportar pessoas em maca.

## Proposta considera crime o abandono afetivo de filhos

O pai ou a mãe que deixar de prestar assistência afetiva aos filhos, seja pela convivência, seja por visitação periódica, terá que reparar os danos provocados, de acordo com projeto aprovado na Comissão de Direitos Humanos (CDH).

O PLS 700/2007 caracteriza, no Estatuto da Criança e do Adolescente, o abandono afetivo como conduta ilícita.

A proposta de Marcelo Crivella (PRB-RJ) foi relatada na CDH por Paulo Paim (PT-RS) e segue para a Câmara. O texto determina que o pai ou a mãe que não tiver a guarda do filho

menor ficará obrigado pelo Código Civil não somente a pagar pensão, mas a visitá-lo, tê-lo em sua companhia e fiscalizar a sua manutenção e educação.

A negligência permitirá a um juiz determinar, como medida cautelar, o afastamento do pai ou mãe denunciado da moradia. Hoje isso só ocorre em casos de abuso sexual e maus-tratos. Diretores das escolas de ensino fundamental passam a ter responsabilidade de comunicar ao conselho tutelar casos de negligência, abuso ou abandono afetivo de que tomem conhecimento.

## Texto amplia rol de testes que detectam doenças em bebês

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem, em votação final, projeto que obriga o SUS a ampliar periodicamente o rol de exames feitos em recém-nascidos para detectar doenças. Conforme o PLS 48/2015, que segue para a Câmara se não houver recurso para votação em Plenário, essa atualização dos testes neonatais terá como base evidências científicas. O texto acrescenta a obrigação ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

O Ministério da Saúde já obriga hospitais públicos e particulares a fazer exames,

como o teste do pezinho. Mas apenas seis grupos de doenças são alvo das políticas brasileiras de rastreamento, enquanto outros países detectam número maior de enfermidades, observou a autora, Ana Amélia (PP-RS). França, Inglaterra e Alemanha examinam até 14 tipos de doenças. Nos Estados Unidos, são 53 diagnósticos.

— O exame é importante, pois recém-nascidos de aparência saudável podem ser portadores de doenças graves que, sem tratamento, podem evoluir para óbito ou complicação clínica permanente — disse a senadora.

## Cássio pede solução para greves em universidades

Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) pediu que o governo federal e o governo estadual dialoguem para que sejam encerradas as greves na Universidade Federal da Paraíba e na Universidade Estadual da Paraíba. De acordo com o senador, as greves já duram meses, prejudicando mais de 20 mil estudantes:

— O apelo que faço é para que possamos ter diálogo na busca da solução dos problemas. Que, a partir desse diálogo, da negociação, essas greves possam ser encerradas.



Genílfo Magalhães/Agência Senado

## Paulo Paim defende mais educação como medida contra trabalho infantil

Paulo Paim (PT-RS) chamou a atenção para o trabalho infantil, lembrando que esse é um problema que ainda aflige a sociedade. Por isso, ressaltou, é importante que haja mais investimento em educação.

Segundo o senador, a redução da maioria penal não vai resolver o problema da violência envolvendo menores. A solução, defendeu, está em mais e melhores escolas.

— Precisamos manter nossos jovens afastados do crime é com escola de tempo integral, é com formação, é com ensino técnico.

Na terça-feira, Paim comemorou na tribuna o Dia Internacional da Alfabetização. O senador destacou que o

analfabeto é vítima de uma "exclusão capaz de mutilá-lo e incapacitá-lo para o exercício pleno da cidadania".

Ele citou dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2014 que revelam que a taxa de analfabetismo entre pessoas com mais de 60 anos é maior do que entre os mais jovens. Paim afirmou que, segundo o levantamento, um de cada quatro brasileiros idosos não consegue ler nem escrever.

— Temos que atacar essa questão até que não tenhamos no Brasil mais nenhum analfabeto. Que tipo de sociedade é esta se assistimos a nossos pais e avós morrerem sem saber ler nem escrever? — indagou.